

O PAPEL DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO NO CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

FONSECA¹, Luisa C.; ROCHA, Juliana² T. A.; SILVA³, Juliana C. T.
Centro de Ciências Jurídicas/Assessoria de Extensão, CMAE.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a expor a experiência prática da Assessoria de Extensão do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) ao longo do ano de 2013. Para tanto, fez-se necessário traçar um pequeno histórico sobre a extensão na Universidade Federal da Paraíba, como um todo, e, em nosso centro, mais especificamente. Indispensável também mencionar o contexto da criação da Comissão de Monitoramento e Aperfeiçoamento da Extensão (COMAE) e as suas principais atribuições. Além disso, foi utilizado o método comparativo entre os diversos projetos existentes nos anos de 2012 e 2013, com o intuito de meramente constatar quais são os temas recorrentes nas atividades extensionistas e de também verificar quais ações de extensão deram continuidade aos seus respectivos projetos e aquelas que, por outro lado, não o fizeram. Não se trata de uma pesquisa científica mais aprofundada, uma vez que as razões que levaram a descontinuidade de tais projetos, por exemplo, não foram estudadas devido à concisão deste trabalho. Por fim, foi sugerida uma possível solução para que as informações sobre a extensão do CCJ sejam divulgadas, tanto entre os docentes, assim como entre os discentes.

PALAVRAS-CHAVE: Assessoria de Extensão, CMAE.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) para o desempenho de suas atividades se baseia no tripé ensino, pesquisa e extensão, áreas complementares e indissociáveis para o melhoramento da educação pública. Esta última, que desde sua instituição tem sofrido notáveis mudanças, deve ser entendida como uma mão dupla entre universidade e sociedade, e não como assistencialismo ou trabalho voluntário.

Em 2011, o denominado “ano da extensão”, na UFPB, percebeu-se a necessidade de uma efetiva participação discente para pensar e planejar as atividades extensionistas. Foi dessa necessidade que surgiu a Comissão de Monitoramento e Aperfeiçoamento da Extensão (COMAE). Ela visa, através das Assessorias de Extensão, fruto da colaboração entre docentes

¹ UFPB Campus I, Centro de Ciências Jurídicas, discente bolsista CMAE, luisacaricio93@gmail.com.

² UFPB Campus I, Centro de Ciências Jurídicas, docente assessora de extensão, julianatarocha@hotmail.com.

³ UFPB Campus I, Centro de Ciências Jurídicas, discente bolsista CMAE, julianatavaress_@hotmail.com.

e discentes selecionados, monitorar e avaliar os projetos existentes, para garantir sua eficácia e efetividade.

O trabalho da agora denominada CMAE foi desenvolvido no Centro de Ciências Jurídicas, e teve como principal função dar suporte às atividades de extensão, sistematizar dados, bem como fomentar o diálogo entre os alunos, professores, direção do centro e reitoria.

DESENVOLVIMENTO

Acerca das práticas extensionistas, preleciona Boaventura Santos que a extensão universitária atribui “às universidades uma participação activa (*sic*) na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental, na defesa da diversidade cultural” (SANTOS, 2004, p. 54). Ainda no mesmo norte, conforme nos mostra Rossana Serrano, a extensão universitária “apresenta uma diversidade conceitual e prática que interfere expressivamente no ‘pensar’ e no ‘fazer’ no interior da Universidade” (SERRANO, p. 1).

Com já mencionado, em 2011, ano da política de promoção da extensão universitária, foi criada a COMAE, a fim de, em parceria com as Assessorias de Extensão de cada centro, aprimorar e monitorar as atividades extensionistas. Além dessa evidente função, a Comissão desenvolve a importante interação e colaboração entre docentes e discentes.

A agora denominada CMAE possui algumas funções importantes, tais como reunir e apreciar informações e, principalmente, monitorar o efetivo exercício das atividades de extensão em cada centro da universidade, a fim de sugerir maneiras de melhoramento das ações extensionistas.

Trata-se, portanto, de um instrumento de autoavaliação dentro da própria atividade de extensão. Essa é uma maneira de monitorar, avaliar e aprimorar os projetos de extensão em continuidade. As consequências de tal prática se resumem a uma melhor organização e a uma maior divulgação da Extensão na UFPB como um todo.

Evidencie-se que nosso campo de atuação se deu no Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), bem como no Departamento de Ciências Jurídicas (DCJ). Assim, nosso trabalho foi essencialmente dar continuidade ao que já vinha sendo feito pela CMAE.

A princípio, houve uma reunião com a assessora de extensão do nosso centro, juntamente com as bolsistas da CMAE, com o intuito de traçar uma direção sobre o desenvolvimento da atividade extensionista neste ano de 2013. Uma série de procedimentos e textos foram discutidos e partilhados entre os participantes dessa reunião, de maneira a

aperfeiçoar a fiscalização e a avaliação dos projetos de extensão.

Em seguida, a atuação se baseou em um acompanhamento e sistematização dos projetos do CCJ e do DCJ, numa ação conjunta e dialógica com os professores e alunos extensionistas. O contato se dava através do e-mail da assessoria da extensão do centro, requerendo formalidades de controle, à exemplo das listas de frequências e relatórios. Ressalte-se também que a assessoria de extensão do CCJ/DCJ atuou em conjunto com a direção do centro, servindo como difusor de informações e novidades advindas tanto da reitoria como dos próprios centros.

Além do contato pelo meio virtual, buscamos uma maior interação com os extensionistas por meio de reuniões, as quais sempre aconteciam na sala disponibilizada pela direção do centro exclusivamente para as atividades de extensão. As discussões giravam em torno das possíveis dificuldades, melhorias e interações dos projetos de extensão, bem como para auxiliar com o manuseio do SIGproj.

Todas as informações eram, então, repassadas para PRAC, com escopo de facilitar e organizar a coordenação das atividades. O que contribuiu para construir uma imagem mais organizada e translúcida da extensão e sua forma de atuação.

Outro aspecto relevante da cooperação entre COMAE, Assessoria de extensão e Diretoria do Centro, foi a criação de um banco de dados referente aos projetos do CCJ/DCJ. Dessa forma, foi possível traçar um perfil das atividades extensionistas, ter um maior controle e organização dos projetos em andamento, bem como, fazer comparações com anos anteriores, o que acabou por facilitar uma ampla divulgação para a comunidade discente.

Os resultados encontrados a partir da formação desse banco de dados foram os apresentados a seguir.

Em 2012, o Centro de Ciências Jurídicas contou com a participação de 16 (dezesseis) projetos, das diversas áreas do direito, inscritos no PROBEX, sendo eles: “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos: graves violações dos Direitos Humanos na grande João Pessoa”; “Assessoria Jurídica a Pessoas Especiais: um Espaço de Cidadania”; “Assistência Jurídica aos Necessitados Junto aos Fóruns da Capital: uma Parceria do Departamento de Direito Processual e Prática Jurídica com a Escola Modelo de Advocacia”; “Cidadania e direitos humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira”; “Cidadania em Extensão: Acesso à Justiça e Mediação de Conflitos”; “CIDECON - Núcleo de Cidadania e Defesa do Consumidor”; “Defensores de Direitos Humanos: o Centro de Referência de Direitos Humanos da UFPB na linha de frente dos Direitos Humanos na Paraíba; Direito e Desenvolvimento Sustentável no Semiárido:

Formulação da Documentação de Cidadania para a Caatinga.”; “Direito, Cinema e Justiça”; “Direitos Humanos e Garantias Fundamentais na Rotina Trabalhista”; “NAJAC - Núcleo de Assistência Jurídica às Associações Cívicas: Extensão Universitária e Defesa de Direitos Humanos Difusos e Coletivos”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta Quilombola”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta pelo Trabalho”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica Universitária Popular junto ao Assentamento Novo Horizonte”; “Subjetividade e Direitos Humanos: Apoio Psicossocial e Monitoramento das Condições do Cárcere na Paraíba”; “Ymyrapytã: Populações Tradicionais e Meio Ambiente”.

Já em 2013, o número de projetos de extensão diminuiu para 13 (treze) e, assim como no ano anterior, englobou vários ramos jurídicos: “Acesso à jurisdição internacional do sistema interamericano de direitos humanos: graves violações dos Direitos Humanos na grande João Pessoa”; “Assessoria jurídica a pessoas especiais: um espaço de cidadania-Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB”; “Centro de Referência em Direitos Humanos – Subjetividade e Direitos Humanos: apoio psicossocial e monitoramento das condições do cárcere na Paraíba”; “Centro de Referência em Direitos Humanos: Ymyrapytã: povos tradicionais e meio ambiente”; “Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB – educação popular, gênero e acesso à justiça: construindo direitos, promovendo cidadania”; “Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB: Acesso à Justiça e Mediação de Conflitos”; “CIDECON – Núcleo de Cidadania e Defesa do Consumidor”; “NAJAC – Núcleo de Assistência Jurídica Gratuita às Associações Cívicas: uma Parceria Entre o Tribunal de Justiça, Defensoria Pública e Universidade Federal da Paraíba”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular, Luta por Moradia Digna e Adequada;”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta das Mulheres”; “NEP - Núcleo de Extensão Popular Flor de Mandacaru - Assessoria Jurídica, Educação Popular e a Luta pelo Trabalho”; “Perspectivas e Novos Desafios de Humanização no Direito Civil Constitucional - a tutela da personalidade”.

Apesar da grande quantidade de projetos, notamos que esses ainda são pouco divulgados. Para solucionar tal problema, acreditamos que proporcionar uma “Semana da Extensão” no CCJ e no DCJ seria uma forma de ampliar o acesso às extensões existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que, entre os anos de 2012 e 2013, doze coordenadores deram continuidade a seus projetos no ano corrente e três coordenadores não submeteram novamente seus respectivos projetos em 2013. Além disso, apenas um professor, distinto dos de 2012, inscreveu projeto novo este ano. Nota-se também um maior agrupamento dos projetos em núcleos, à exemplo do CRDH e do NEP.

É importante ressaltar também a predominância pelo tema dos direitos humanos, o que reflete um alinhamento entre a graduação, através das práticas extensionistas, e as linhas de pós graduação do Centro de Ciências Jurídicas.

REFERÊNCIAS

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>. Acesso em: 29/10/2013

SERRANO, Rossana Maria Souto Maior. **Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire**. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf. Acesso em: 30/10/2013